



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objetivo do presente Termo de Referência é a Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de documentos de legitimação, na forma de cartão magnético eletrônico, magnético ou de similar tecnologia, equipado com microprocessador com chip eletrônico de segurança, com a finalidade de ser utilizado pelos usuários cadastrados nos serviços, programas e projetos da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial para atendimento ao Benefício Eventual, conforme Lei Federal nº 8.742 de 1993, e Resolução nº 016/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social de Paranaguá.

1.1.1. Descrição complementar: Com recargas, sistema de controle de saldo e senha pessoal e intransferível, para validação das transações pelo usuário, na rede de estabelecimentos comerciais credenciados (que a empresa licitante mantenha convênio), no ato da aquisição dos gêneros alimentícios para serem utilizados pelos usuários da Política Municipal de Assistência Social.

1.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, representado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A REDE CREDENCIADA, considerando taxa igual a 0,00% (zero por cento).

1.1.3. Optou-se pela modalidade de PREGÃO devido à constatação de que o objeto em questão apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estipulado no artigo 29 da Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 4.319/2023.

1.2. VIGÊNCIA

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.3. MODALIDADE DO BENEFÍCIO EVENTUAL

1.3.1. O benefício será disponibilizado na seguinte modalidade:

1.3.1.1. Vale-alimentação: em meio eletrônico, cartão magnético ou de similar tecnologia, equipado com chip de segurança, para aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, in natura, em estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercado, supermercado, armazém, mercearia, açougue, peixaria, hortifruti, comércio de laticínios e/ou frios).

1.4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS

| Beneficiários | Valor Mensal do Benefício | Estimativa Beneficiários | Valor Total Mensal Estimado | Valor Total Anual Estimado |
|---|---------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Usuários cadastrados nos serviços, programas e projetos da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial. | R\$ 253,00 (1/6 de salário mínimo) | 1000 (mês) | R\$ 253.000,00 | R\$ 3.036.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | | |
| A taxa máxima aceitável de administração para o Município equivale a 0,00% (zero por cento). | | | | |
| A taxa máxima aceitável de administração para a Rede Credenciada equivale a 3,60% - Estabelecido pelo Decreto nº 12.712 de 11/11/2025. | | | | |

1.4.1. Será admitida proposta de Taxa Administrativa de Valor Percentual Máximo de 0,00% (zero por cento) para o Município, não sendo permitido ofertar taxas negativas;

1.4.2. Será admitida proposta de Taxa Administrativa de Valor Percentual Máximo de 3,60% (três inteiros e seis décimos por cento) para o Estabelecimento Credenciado.

1.5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

1.5.1. Tendo em vista que bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o presente objeto se enquadra como serviço comum, de acordo com termos da Lei nº 14.133/2021, atendendo o artigo 1º do Decreto Municipal nº 4.319/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. No Município de Paranaguá, a Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial é responsável pelo desenvolvimento das ações da Política de Assistência Social, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.742/93 – LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.2. De acordo com o artigo 1º do Decreto Federal nº 6.307/2007 que regulamenta o art. 22 da Lei Federal nº 8.742/93 – LOAS, Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

2.3. No Município de Paranaguá, a concessão dos benefícios eventuais foi normatizada através da Lei nº 3.150/2011 e regulamentada através dos Decretos nº 2.170/2011 e 3.802/2022.

2.4. De acordo com a legislação, o Benefício Eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

2.5. Tais itens que serão necessários nesta contratação, estão previstos na legislação vigente como “Auxílio para Situação de Vulnerabilidade Temporária, na modalidade de auxílio alimentação”, onde está previsto a modalidade auxílio alimentar que pode ser ofertado na modalidade pecúnia, preferencialmente cartão de débito pré-pago ou em sua impossibilidade, poderá ser ofertado como bem de consumo (Cesta Básica).

2.6. Diante do contexto social vivenciado pelas pessoas em situação de vulnerabilidade, observamos que a procura por auxílios e benefício eventual de alimentação tiveram um aumento expressivo nos últimos anos. Em busca da minimização destas situações, a SEMDIR vem implementando ações que visam otimizar a concessão do benefício eventual, como a disponibilização deste auxílio em duas modalidades, seja em pecúnia através do cartão alimentação - Cartão de Benefício Eventual - e em forma de bens de consumo, a Cesta Básica. Destaca-se a necessidade de oferta das duas modalidades de benefício, haja vista que a cesta básica é composta de alimentos, levando em consideração os hábitos alimentares das famílias, a dignidade e o direito humano à alimentação adequada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

2.7. A solução consiste em oferecer o benefício eventual através de cartão, que além de suprir as necessidades alimentares, tem a finalidade de garantir maior autonomia às famílias na aquisição de bens de consumo, respeitando as peculiaridades alimentares dos indivíduos, bem como a possibilidade de adquirir material de higiene pessoal e limpeza doméstica, essenciais para a manutenção da vida no cotidiano.

2.8. Conforme regulamentado na Resolução CNAS nº 109/2019, é responsabilidade da SEMDIR o fornecimento de benefícios eventuais no Município para a população acompanhada pelos serviços, programas e projetos vinculados à política pública de assistência social.

2.9. Face ao exposto, a presente solicitação se justifica pela necessidade de fornecimento do benefício eventual às pessoas em vulnerabilidade social em forma de pecúnia, com objetivo de garantir autonomia para as famílias atendidas pela SEMDIR, visando ainda o restabelecimento das seguranças sociais comprometidas por eventos inesperados, atendendo situações que demandam proteção dos usuários da Política de Assistência Social de Paranaguá.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Taxa de administração em percentual para execução do objeto, considerando taxa zero para o Município, conforme descrito(s) neste termo de referência, contados da efetiva e comprovada carga de valores mensais nos cartões respectivos, a preço fixo e irrevogável, onde deverão estar inclusos os seguros pertinentes, todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, administração, lucros, e qualquer despesa, acessória bem assim necessária, não especificada no edital;

4.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário do item, em moeda corrente nacional, utilizando casas decimais (Ex. R\$ 1,00);

4.1.3. Para os efeitos de julgamento da licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO para a Rede Credenciada** considerando apenas números inteiros, utilizando duas casas decimais depois da vírgula (0,00);

4.1.4. No caso de apresentação de proposta com mais de duas casas decimais, as casas excedentes serão desconsideradas, permanecendo a obrigação da proponente pela proposta que resultar da retificação;

4.1.5. Fornecer relação dos estabelecimentos credenciados, em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do Contrato, e informar sempre que houver alterações, considerando um mínimo de estabelecimentos por território;

4.1.6. Credenciar, exclusivamente, estabelecimentos legalmente constituídos e que atendam rigorosamente as exigências dos órgãos de fiscalização tributárias e sanitárias;

4.1.7. O cartão deve ser utilizado pelo usuário apenas em estabelecimentos comerciais localizados nos limites territoriais do Município da contratante;

4.1.8. Fornecer o cartão magnético ou com chip nas quantidades solicitadas pela contratante;

4.1.9. Os cartões magnéticos ou com chip deverão ser fornecidos às expensas da contratada e deverão conter os seguintes dados:

- Denominação completa desta Secretaria (Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

- Brasão e denominação da Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- Nome do programa Cartão "Alimenta+ Paranaguá" – Benefício Eventual

4.1.10. A CONTRATADA deverá garantir sigilo absoluto dos dados dos beneficiários da CONTRATANTE, não sendo permitido o uso destes dados para outros fins que não sejam os descritos no contrato, seguindo as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709, de 2018;

4.1.11. A contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, por meio telefônico, para serviço de bloqueio e desbloqueio de cartões, bem como consulta de saldos. O serviço deverá ser disponibilizado através de discagem direta gratuita;

4.1.12. Habilitar os cartões magnéticos ou com chip exclusivamente para estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios, material de higiene pessoal e limpeza doméstica;

4.1.13. Garantir que os estabelecimentos comercializem por meio dos cartões magnéticos ou com chip, apenas gêneros alimentícios, material de higiene pessoal e limpeza doméstica, criando mecanismos de apuração de ocorrências contrárias a esta natureza;

4.1.14. Efetuar o crédito nos cartões magnéticos ou com chip no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da contratante via sistema ou e-mail;

4.1.15. Os estabelecimentos credenciados não poderão, sob hipótese alguma acrescentar taxas ou qualquer tipo de valor sobre o preço à vista dos produtos oferecidos, inclusive promoções;

4.1.17. Ao fim do Contrato deverá a contratada emitir um relatório de medição.

4.1.18. Os serviços serão medidos mensalmente através da emissão de um Relatório de Medição, que deverá conter, obrigatoriamente, o nome do usuário, número do cartão magnético ou com chip, os valores creditados do dia 1º até o último dia de cada mês, o valor utilizado, bem como eventuais valores estornados;

4.1.19. Credenciar e manter credenciado e operando durante a vigência do contrato, no mínimo 04 (quatro) estabelecimentos comerciais dentre hipermercados, supermercados, mercados, minimercados, mercearias, por território de abrangência de cada CRAS, incentivando a economia local.

4.1.19.1. CRAS Alexandra - Rua Silvino Trípole, 275 – Alexandra - Bairros atendidos: Alexandra, Colônia Maria Luíza, Colônia Pereira, Colônia Santa Cruz, Colônia Santa Rita, Colônia das Palmeiras, Estrada Velha, Imbocui, Floresta, Morro Inglês, Quintilha, Pixirica, Vila Santa Maria, Ribeirão, Rio das Pedras, São Luiz, KM 18, KM 19, Taunay, Toral, Porto da Veiga, Portinho, Toca do Coelho e Coruja.

4.1.19.2. CRAS Nilson Neves - Jesuína Matos da Silva - Rua das Hortênsias, s/n - Conjunto Residencial Nilson Neves - Bairros atendidos: Nilson Neves, Aeroporto, Bertioga, CAIC, Cominese, Divinéia, Jardim América, Jardim Guaraituba, Jardim Samambaia, Jardim Santos Dumont, Jardim Yamaguchi, Labra, Parque Agari, Parque São João, São Vicente, Vila dos Comerciantes, Vila São Jorge, Vila Itiberê e Vila Literário.

4.1.19.3. CRAS Porto dos Padres - Luiz Carlos da Costa Leite - Rua Washington Luiz, S/N - Porto dos Padres - Bairros atendidos: Porto dos Padres, Beira Rio, Correa Velho, Jardim Eldorado, Emboguaçu, Jardim Araçá, Jardim Figueira, Jardim Iguazu, Santa Cecília, Padre Jackson. Vila do Povo, Vila Horizonte, Vila Marinho, Vila Nova Primavera, Vila Santa Helena, Vila Santa Helena, Vila São Carlos, Vila Paranaguá, Vila Rute, Vila Guarani.

4.1.19.4. CRAS Serraria do Rocha - Zilda Arns Nelmann - Rua Barão do Amazonas, S/N - Serraria do Rocha - Bairros atendidos: Serraria do Rocha, Alto Sebastião, Distrito Industrial, Dom Pedro II, Rocio, Tuiuti, Vila Alboit, Vila Becker, Vila Cruzeiro, Leblon, Jardim Guadalupe, Jardim Santa Rosa, João Gualberto, Vila Portuária, 29 de Julho, Estradinha, Palmital, Raia, Bockmam, Campo Grande, Jardim Alvorada, Beira Rio e Vila Guarani.

4.1.19.5. CRAS Valadares - Rua Lino Garça, 161 - Vila Bela - Bairros atendidos: Valadares, Centro, Centro Histórico, Ponta do Caju, Costeira, Oceania, Ilha da Cotinga, Ilha da Eufrasina, Ilha da Europinha,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

Ilha de Piaçaguera, Ilha de São Miguel, Ilha do Amparo, Medeirinhos, Ilha do Teixeira, Ponta de Ubá e Ilha do Mel.

4.1.19.6. CRAS Vila Garcia - Irmã de Freitas Fonseca - Rua Subtenente Onofre Moreira da Rocha, S/N

- Vila Garcia - Bairros atendidos: Vila Garcia, Jardim Esperança, Porto Seguro, Jardim Jacarandá, Jardim Caiçara, Jardim Cometa, Jardim Paraná, Jardim Paranaguá, Jardim Social, Rio da Vaca, Vale do Sol, Vila Albertina Salmon, Jardim Belém, Jardim Pantanal, Jardim do Bosque Vila das Torres, Ouro Fino e PR 407.

4.1.20. Fornecer treinamento aos servidores indicados pela contratante para operar o sistema disponibilizado pela contratada prevendo recursos de proteção digital;

4.1.21. Emissão de relatório de saldo individualizado dos cartões;

4.1.22. Bloqueio e desbloqueio do cartão via Sistema pela contratante;

4.1.23. Facultar acessos exclusivos via login e senha (ex. uma ou mais pessoas tem acesso somente para desbloquear, uma ou mais pessoas tem acesso somente para cadastrar senhas, uma ou mais pessoas tem acesso somente para solicitar créditos, transferir saldos entre cartões, uma ou mais pessoas tem acesso geral, mantendo registro de quem efetuou as transações);

4.1.24. Possibilitar que a contratante possa efetuar bloqueio e estorno dos valores não utilizados em caso de falecimento ou mudança do usuário para outro Município;

4.1.25. A CONTRATADA deverá oferecer aos usuários da política municipal de assistência social o acesso a um site e ou portal com interface de navegação simples, didática e adequada para todos os dispositivos, oportunizando a consulta de saldo e busca da rede credenciada.

4.2. Sustentabilidade/Impacto Ambiental

4.2.1. A contratada deverá ainda atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, de 19/01/2010;

4.2.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

4.2.3. A distribuição deve priorizar embalagens compactas e produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental;

4.2.4. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício;

4.2.5. A contratada deve garantir pontos de coleta de cartões desabilitados, com a finalidade de validar a destinação correta do material descartado.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

4.4. Da garantia contratual

4.4.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

4.5. Obrigações das Partes

4.5.1. Da contratada

4.5.1.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da Contratante;

4.5.1.2. Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes no certame e na proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

4.5.1.3. Compete a empresa Contratada a fiscalização e notificação dos estabelecimentos credenciados, que por ventura vendam bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos, realizem troca de crédito por pecúnia e dentre outras infrações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

- 4.5.1.4.** Caso a Contratada venha restar omissa, as cláusulas dos instrumentos resultantes deste processo, incorrerá nas penalidades da legislação;
- 4.5.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078/90);
- 4.5.1.6.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas o cartão magnético com as avarias ou defeitos;
- 4.5.1.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerente ao objeto do presente certame;
- 4.5.1.8.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.5.1.9.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- 4.5.1.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz, para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.5.1.11.** Não empregar ou contratar sob qualquer forma, durante a vigência do contrato, servidor ou dirigente da municipalidade;
- 4.5.1.12.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas em legislações específicas, não transferindo à Contratante seus pagamentos;
- 4.5.1.13.** Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões, assim como os de manutenção do sistema informatizado e quaisquer outras despesas, deverão estar inclusos na taxa de administração contratada, não implicando quaisquer ônus extras para as UNIDADES ou para os beneficiários;
- 4.5.1.14.** Os cartões deverão obrigatoriamente estar bloqueados e ter senhas individualizadas, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas;
- 4.5.1.15.** A contratada deverá fornecer ao contratante, para distribuição aos beneficiários, caso necessário, manual/folder para esclarecimento de dúvidas relativas à operação do cartão e informação sobre a rede credenciada;
- 4.5.1.16.** Disponibilizar meio de consulta, via internet e outros, o histórico de compras, bem como central de atendimento para quaisquer dúvidas ou problemas;
- 4.5.1.17.** A primeira emissão de cartões e créditos nos mesmos, será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato e solicitação da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial;
- 4.5.1.18.** A disponibilização dos cartões, posteriores ao primeiro mês, deverá ser efetuada em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação pela Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, com o valor determinado pela contratante devidamente creditado, pelo qual os usuários efetuarão compras de produtos alimentícios, higiene pessoal e limpeza na rede credenciada de supermercados, exceto os produtos vedados por lei, tais como: cigarro, bebida alcoólica, ração para animais, medicamentos e perfumaria;
- 4.5.1.19.** O reembolso das empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da contratada, independente da vigência do contrato, ficando claro que o Poder Público não responderá solidária nem subsidiariamente por esse reembolso e que o repasse à empresa contratada será em até 20 (vinte) dias após a apresentação da Nota Fiscal e relatório de uso dos créditos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

4.5.1.20. A Contratada deverá garantir a utilização dos benefícios através de cartões magnéticos e/ou com chip de segurança, assumindo a responsabilidade pela imediata troca no caso de registro de não aceitação dos mesmos;

4.5.1.21. A contratada se responsabilizará por quais quer danos decorrentes de clonagem ou outro meio que inviabilize a utilização correta dos cartões, devendo repor os créditos existentes quando da informação e constatação do uso indevido, devendo a contratada dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização segura ao usuário;

4.5.1.22. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, senão utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os beneficiários em hipótese alguma sejam prejudicados;

4.5.1.23. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de 90 (noventa) dias, para que o beneficiário possa utilizá-los;

4.5.1.24. A contratada deverá manter nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos;

4.5.1.25. Responder por quaisquer danos causados ao município, aos beneficiários ou terceiros, diretamente ou por seus prepostos;

4.5.1.26. A contratada, quando solicitada pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

a) número do cartão, data e valor do credito concebido;

b) local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários na rede de estabelecimentos credenciados;

4.5.1.27. A contratada deverá oferecer uma REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS e ativos para a aceitação dos cartões, nas quantidades mínimas abaixo discriminadas, devendo disponibilizar a relação nominal dos estabelecimentos, para comprovação, como condição à contratada em até 15 (quinze) dias corridos após a solicitação, e sempre que requerido pelo contratante, para divulgação e conhecimento dos beneficiários. Segue tabela dos quantitativos mínimos por bairro:

| Bairro/Localidade | Quantidade mínima de estabelecimentos credenciados |
|--|--|
| Alexandra, Colônia Maria Luíza, Colônia Pereira, Colônia Santa Cruz, Colônia Santa Rita, Colônia das Palmeiras, Estrada Velha, Imbocui, Floresta, Morro Inglês, Quintilha, Pixirica, Vila Santa Maria, Ribeirão, Rio das Pedras, São Luiz, KM 18, KM 19, Taunay, Toral, Porto da Veiga, Portinho, Toca do Coelho e Coruja. | 04 (quatro) |
| Nilson Neves, Aeroporto, Bertioga, CAIC, Cominese, Divinéia, Jardim América, Jardim Guaraituba, Jardim Samambaia, Jardim Santos Dumont, Jardim Yamaguchi, Labra, Parque Agari, Parque São João, São Vicente, Vila dos Comercários, Vila São Jorge, Vila Itiberê e Vila Literário. | |
| Valadares, Centro, Centro Histórico, Ponta do Caju, Costeira, Oceania, Ilha da Cotinga, Ilha da Eufrasina, Ilha da Europinha, Ilha de Piaçaguera, Ilha de São Miguel, Ilha do Amparo, Medeirinhos, Ilha do Teixeira, Ponta de Ubá e Ilha do Mel. | |
| Vila Garcia, Jardim Esperança, Porto Seguro, Jardim Jacarandá, Jardim Caiçara, Jardim Cometa, Jardim Paraná, Jardim Paranaguá, Jardim Social, Rio da Vaca, Vale do Sol, Vila Albertina Salmon, | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

| | |
|---|--|
| Jardim Belém, Jardim Pantanal, Jardim do Bosque Vila das Torres, Ouro Fino e PR 407. | |
| Porto dos Padres, Beira Rio, Correa Velho, Jardim Eldorado, Emboguaçu, Jardim Araçá, Jardim Figueira, Jardim Iguaçu, Santa Cecília, Padre Jackson. Vila do Povo, Vila Horizonte, Vila Marinho, Vila Nova Primavera, Vila Santa Helena, Vila Santa Helena, Vila São Carlos, Vila Paranaguá, Vila Rute, Vila Guarani. | |
| Serraria do Rocha, Alto Sebastião, Distrito Industrial, Dom Pedro II, Rocio, Tuiuti, Vila Alboit, Vila Becker, Vila Cruzeiro, Leblon, Jardim Guadalupe, Jardim Santa Rosa, João Gualberto, Vila Portuária, 29 de Julho, Estradinha, Palmital, Raia, Bockmam, Campo Grande, Jardim Alvorada, Beira Rio e Vila Guarani. | |

OBS.: Os estabelecimentos conveniados poderão ser substituídos, desde que tal alteração não implique a diminuição do número de conveniados e a queda do padrão do serviço, cabendo à contratada fornecer relação de estabelecimentos conveniados, sempre que solicitada pela Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial. O contrato efetuado entre os estabelecimentos e a contratada não podem prever a venda de produtos vedados por lei e nem quaisquer condições ou acréscimos de preço em relação ao pagamento à vista.

4.6.2. Da contratante

4.6.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratante:

4.6.2.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.6.2.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.6.2.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.6.2.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.6.2.1.5. Solicitar pedido de créditos nos cartões magnéticos/eletrônicos, informando valores e nome dos beneficiários;

4.6.2.1.6. Informar a necessidade de credenciamento de estabelecimentos comerciais;

4.6.2.1.7. Acompanhar e fiscalizar periodicamente a execução dos serviços constantes deste Termo de Referência e Contrato;

4.6.2.1.8. Prestar à Contratada, quando necessário e/ou solicitado, quaisquer esclarecimentos referentes à execução do contrato;

4.6.2.1.9. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

4.6.2.1.10. Comunicar à Contratada a necessidade de cancelamento de cartões, em face de desligamento de beneficiários ou por qualquer outro motivo não faça mais jus ao benefício.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os cartões (1ª ou 2ª via) devem ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da solicitação formalizada através do envio de planilha, encaminhada por e-mail ao setor responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

ou através de upload no sistema da contratada;

5.2. Para a entrega dos cartões (1ª ou 2ª via), a contratada deve utilizar umas das opções de entrega rápidas disponíveis no mercado, como por exemplo: Correios (SEDEX ou PAC) ou transportadora, desde que atendam o prazo de entrega estabelecido na cláusula - prazo de entrega dos cartões. Cada cartão deve ser entregue em envelope lacrado e que permita a identificação do usuário;

5.3. A primeira carga, bem como as demais recargas será efetuada por servidores devidamente autorizados pela contratante, somente após a devolução da Declaração de Recebimento da Nota de Empenho devidamente datada e assinada pela contratada, e que acompanha a Ordem de Serviço/Convocação a ser encaminhada pelo Fiscal de Contrato juntamente com a Nota de Empenho emitida após a assinatura do Contrato;

5.4. A contratada terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para confirmar o recebimento da nota de empenho, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital;

5.5. Os quantitativos diários de solicitações de cargas e recargas dos cartões variam de acordo com a demanda de cada equipamento vinculado à política de assistência social, que ocorre diariamente de segunda-feira a sexta-feira;

5.6. Local de entrega dos cartões: Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento e Igualdade Racial: Rua Baronesa do Cerro Azul, 2382 - Palmital, Paranaguá/PR, CEP: 83.203-420, aos cuidados da Vigilância Socioassistencial/Gestão de Benefícios. Responsável pelo Recebimento: gestor responsável pelo acompanhamento do contrato.

6. CRITÉRIO DE RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.1. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação.

6.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1.1. o prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

6.2.1.2. a data da emissão;

6.2.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.2.1.5. o valor a pagar; e

6.2.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021;

6.2.4. As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícia.

Prazo de pagamento

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

6.3.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

6.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A REDE CREDENCIADA;

Forma de fornecimento

7.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado ao longo da vigência do contrato.

Exigências de habilitação

7.1.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

Habilitação Jurídica

7.1.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.2.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

7.1.2.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.2.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.1.2.6. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.1.2.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.1.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.1.2.9. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

7.1.2.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.2.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

7.1.2.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.1.2.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.2.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;

7.1.2.15. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.1.2.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital;

7.1.2.17. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

7.1.2.18. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação;

7.1.2.19. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

Qualificação econômico-financeira

7.1.3. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

Qualificação técnica

7.1.4. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste certame licitatório;

7.1.4.1. Ficará estabelecido como comprovação de capacidade técnica de fornecimento um mínimo de 50% dos quantitativos (6.000 unidades) dos itens de constantes nesse processo licitatório, esta comprovação poderá ser realizada por mais de um atestado de capacidade técnica;

7.1.4.1.1. Para atendimento do quantitativo de 6.000 unidades exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica;

7.1.4.2. Entende-se por compatível em característica(s) o(s) atestado(s) que, em sua individualidade, contemple(m) a(s) atividade(s) (funções) do objeto desta licitação;

7.1.4.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter claramente: as categorias envolvidas, os quantitativos, o nome/razão social, o endereço, CNPJ, o nome, CPF e assinatura, bem como, o nome razão social do prestador de serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, nos termos dispostos no Decreto Municipal n.º 683/2018, pelo(s) fiscal(is) indicado abaixo:

FISCAL: Cinthia Rodrigues Machado Moretti – Matrícula n.º 12958

FISCAL: Giselle Loreni do Amaral Ferro – Matrícula n.º 11.425

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor mensal será de **R\$ 253.000,00** (Duzentos e cinquenta e três mil reais) perfazendo o valor anual de recursos disponibilizados de **R\$ 3.036.000,00** (Três milhões, trinta e seis mil reais).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados na seguinte dotação orçamentária:

- 18.03.0008.0244.0019.992.3339032.1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

11. MODO DE DISPUTA

11.1. O modo de disputa adotado será aberto.

12. DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO

12.1. Considerando o objeto da licitação, o orçamento não terá caráter sigiloso.

13. DOS RECURSOS

13.1. A Secretaria (não) utilizará recursos federais para a presente contratação.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. Para os propósitos desta cláusula devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

14.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15. DAS PENALIDADES

15.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas nos incisos I à XII do artigo 155 da Lei Federal n. 14.133/2021;

15.2. No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 30% (trinta por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente;

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

c) impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até no máximo 3 (três) anos, nos casos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

previstos no § 4º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021;

d) declaração de inidoneidade, nos casos previstos no § 5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

15.4. Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

15.5. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação;

15.6. As sanções previstas nas alíneas A, C e D da cláusula 15.3 deste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea B da referida cláusula.

Paranaguá, 12 de março de 2026.

Carolina de Miranda Evangelista Lourenço

Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial

COMPROVAÇÕES DE SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO